

Emília Snethlage (1868-1929): o heroísmo como estratégia de legitimação da ciência

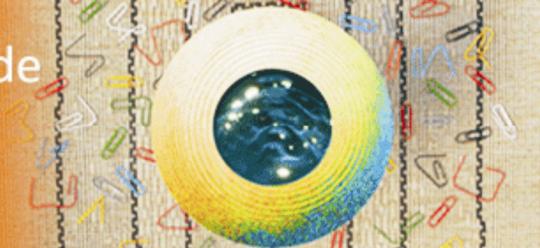
Miriam Junghans¹

Resumo

Emília Snethlage (1868-1929) esteve entre as primeiras mulheres a se formar na Alemanha, no início do século XX, enfrentando preconceitos sociais e acadêmicos. Tendo estudado história natural, a cientista veio para o Brasil em 1905, para trabalhar como assistente de zoologia no Museu Emílio Goeldi, em Belém do Pará. Sua trajetória científica teve vários pontos de destaque. Em 1909 cruzou, a pé, acompanhada por sete índios Kuruaya, o território até então não mapeado entre os rios Xingu e Tapajós. Em 1914 publicou uma obra na qual inventariava 1.117 espécies de aves amazônicas e que serviu de referência aos estudiosos da ornitologia brasileira durante os setenta anos seguintes. Também em 1914 Snethlage assumiu a direção do Museu Goeldi, cargo que ocupou até 1921. Em 1922 transferiu-se para o Museu Nacional do Rio de Janeiro, como naturalista-viajante. A serviço dessa instituição percorreu todo o território brasileiro, realizando extensas pesquisas de campo. O trabalho de campo foi apresentado, muitas vezes, como um impedimento para a efetiva participação das mulheres nas ciências naturais. A principal característica da trajetória profissional de Snethlage é, exatamente, sua grande ênfase nesse tipo de pesquisa. Para dar credibilidade ao seu trabalho científico diante de seus pares e da sociedade, Snethlage empregou uma estratégia vista, de acordo com a historiadora da ciência Naomi Oreskes, como exclusiva dos homens: o heroísmo. A historiografia das ciências no Brasil tem recuperado as trajetórias de mulheres cientistas que atuaram no país antes da fundação das universidades na década de 1930. O presente trabalho pretende contribuir para esses estudos com a análise da trajetória científica pioneira de Emília Snethlage.

Palavras-chave: Emília Snethlage; História das Ciências, Ciências Naturais; Mulheres Cientistas; Cientistas Pioneiras.

¹ Mestre em História das Ciências pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz – RJ. miriamjung@gmail.com



Introdução

Em 1909 uma mulher branca, acompanhada de sete índios Kuruaya, realiza uma travessia entre dois dos principais afluentes dos rios Xingu e Tapajós, território até então não mapeado. Uma aventureira? Carrega uma espingarda, uma prancheta com um mapa e um caderno onde faz anotações. Uma cientista?

Alguns anos depois essa travessia seria mencionada com admiração por pessoas como o ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt (1858-1919) e por um dos maiores ornitólogos da época, o alemão Erwin Stresemann. Eles referem-se à alemã que realizara a travessia Xingu - Tapajós como ornitóloga, e exaltam sua coragem e bravura. Mas será que, para uma mulher ser reconhecida como cientista no início do século XX, era necessário demonstrar bravura e coragem física? E por que seria essa uma maneira de ter reconhecido o valor do seu trabalho?

O objetivo desta comunicação é analisar algumas das formas de visibilidade, reconhecimento e legitimação do trabalho científico feito por mulheres no início do século XX, dentro das premissas da história social da ciência e focalizando a trajetória científica da naturalista alemã Emília Snethlage (1868-1929), que viveu e trabalhou no Brasil a partir de 1905. O trabalho parte das discussões dos historiadores da ciência norte-americanos Naomi Oreskes (1996), sobre as condições de visibilidade das mulheres na ciência e Robert Kohler (2002), sobre as localidades do fazer científico, em especial o trabalho de campo. Será abordada com destaque a questão do heroísmo como fator de legitimação do trabalho científico realizado por Emília Snethlage.

Mulheres invisíveis

Para a historiadora da ciência norte-americana Margaret Rossiter, uma das principais causas da aparente ausência das mulheres nas atividades científicas durante o século XX é a falta de visibilidade dos trabalhos por elas desenvolvidos, o que acabou criando o mito de que a ciência é um campo quase exclusivamente masculino (apud Oreskes, 1996). Ao discutir as variáveis sociais que levam ao não reconhecimento do trabalho científico realizado por mulheres no século XX, a historiadora Naomi Oreskes (1996) destaca duas imagens antagônicas que, em geral, estão associadas ao fazer científico, a objetividade e o heroísmo. Segundo ela essas instâncias, apesar de contraditórias, atuam com a mesma força, embora através de outros dispositivos sociais, na legitimação do trabalho científico. E ambas contribuem para a elisão do reconhecimento do trabalho feito por mulheres cientistas.

A objetividade, que seria uma das principais características da atividade científica, costuma ser vista como um atributo reservado, em geral, aos profissionais do sexo masculino. Para discutir este ponto de vista, a crítica feminista da ciência tem recorrido muitas vezes a exegeses de fundamentação psicanalítica, como a proposta por Nancy Chodorow (apud Oreskes, 1996). Para Chodorow, a consolidação das identidades masculina ou feminina ocorreria na adolescência. A criança de sexo masculino articularia sua identidade através de um processo de afastamento do



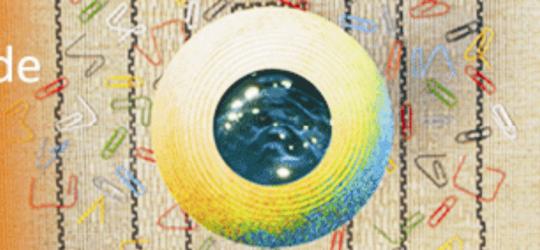
objeto primário do seu amor, via de regra, a mãe. Já nas meninas a identidade feminina seria forjada através da continuidade do vínculo materno. Assim, a identidade masculina derivaria da separação, da diferença, e a identidade feminina, da identificação. Ampliando a articulação primária de gênero para outros aspectos da vida cognitiva e emocional da pessoa, é possível compreender que seja mais provável que os homens vejam o mundo através de uma perspectiva distanciada, objetiva, e as mulheres, da perspectiva da conexão. A objetividade apresenta-se, dessa forma, como um conceito fortemente ligado à ideia de gênero.

A invisibilidade das mulheres nas ciências seria decorrente do fato de que estas tenderiam a fazer ciência de uma forma menos objetiva do que seus colegas do sexo masculino. Este suposto “estilo” feminino de fazer ciência seria caracterizado por maior empatia, maior preocupação com o contexto, maior atenção à interconexão dos fenômenos naturais, ou seja, potencialmente em oposição às normas da objetividade científica. Em decorrência disso, o trabalho científico realizado por mulheres seria menos reconhecido e valorizado. Tal argumento, no entanto, não encontra respaldo nos dados estatísticos. Durante o século XX, nos Estados Unidos, diz Oreskes (1996), a maior parte das mulheres que realizou trabalho científico esteve empregada em trabalhos numéricos e de análise quantitativa, como a classificação de espectros estelares, cálculos para almanaques náuticos etc., trabalhos ligados, indubitavelmente, à objetividade científica. O não reconhecimento do trabalho científico realizado por essas mulheres deveria portanto estar relacionado a outras causas e não a falta de objetividade.

Para entender a situação de invisibilidade das mulheres na ciência, a autora sugere que a objetividade não é o único elemento a ser considerado. Existe um outro fator importante que concorre para obscurecer sua visibilidade: a ideologia do heroísmo científico.

Num primeiro momento somos levados a pensar que as características que costumamos relacionar ao empreendimento científico dificilmente podem ser associadas ao heroísmo. A ciência, como já vimos, pede objetividade. Deve ser independente do observador, o que faz com esse possa ser tanto um homem quanto uma mulher. A padronização dos procedimentos requerida pela ciência visa permitir que estes sejam reproduzidos por qualquer cientista, em qualquer laboratório equipado de maneira semelhante, em qualquer lugar do mundo. O heroísmo, por sua vez, está intrinsecamente ligado a determinado indivíduo e ocasião, não podendo ser padronizado e muito menos reproduzido. Uma de suas principais características é a singularidade. Outra característica é sua intensa carga emocional, localizada no extremo oposto do distanciamento e da racionalidade que o mito da objetividade científica requer dos praticantes da ciência.

Segundo Oreskes o ideal do heroísmo científico foi construído a partir de uma conexão profunda com a ideia de masculinidade na sociedade ocidental. O imagem do herói remete aos mitos gregos, que o apresentam como um homem de grande força e habilidades físicas, determinado a vencer todos os obstáculos em busca do seu ideal. Está presente também a ideia de sacrifício. O herói seria alguém disposto a sacrificar tudo na sua busca, sua saúde, sua segurança, seus laços familiares e emocionais. Ele está além dos simples mortais e a um passo dos deuses. E só pode ser



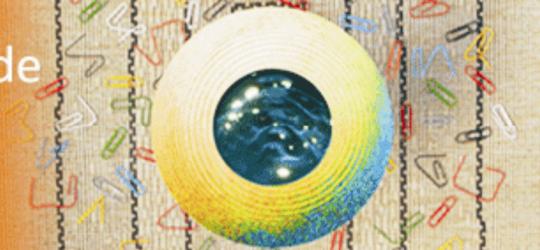
um homem, pois que mulher abriria mão da sua família para andar pelo mundo enfrentando dificuldades quase intransponíveis?

O andar pelo mundo, aliás, é parte essencial do mito do herói *tout court* e também do herói científico. As grandes viagens de descoberta, os empreendimentos coloniais, e também as expedições dos naturalistas guardam, com esse mito, uma relação de reciprocidade. Foram forjados, em parte, no espírito heróico e, por sua vez, contribuíram para sua persistência com novos heróis e novas formas de heroísmo. É notável o aspecto marcadamente masculino e sexual do mito, principalmente quando associado às viagens de descoberta e exploração: trata-se de “desvendar” os mistérios da natureza, deixando-a exposta, nua. E depois, de “penetrar” nos seus segredos. Outra característica a ser considerada é o caráter fortemente belicoso, marcial, que acompanha os relatos heróicos, e alguns relatos de exploradores e naturalistas. As viagens são muitas vezes apresentadas como campanhas, como uma guerra contra a natureza hostil. Em todos os casos, parece não haver muito espaço para as mulheres nessas campanhas ou nos seus relatos.

Embora esteja mais associado às práticas de campo, o heroísmo científico, em alguns momentos, também pode estar associado ao trabalho de laboratório. Nos relatos de “descobertas” científicas somos apresentados ao cientista como alguém completamente esquecido do mundo e dos seus deveres familiares, que se deixa ficar até altas horas no laboratório, absorto em infindáveis experimentos. Situação certamente pouco recomendável para uma mulher, à qual não é permitido esquecer-se da prole por horas e horas. Outro exemplo de heroísmo “de laboratório” citado por Oreskes seriam as experiências levadas a cabo pelo cientistas nos seus próprios corpos, como a ingestão de culturas de bactérias, a auto-inoculação de vírus etc., experiências também pouco adequadas para serem feitas por uma mulher que, uma vez mais, deve garantir a continuidade da espécie, preservando seu corpo.

O heroísmo científico, no entanto, ganha uma outra dimensão quando sai do laboratório e é associado ao trabalho de campo. Diferente do trabalho de gabinete ou de laboratório, o trabalho de campo se define pelas práticas, não pelo espaço no qual se desenvolve. Em geral ocorre num espaço público, de acesso livre, onde as estratégias de sociabilidade são outras. Examinando a relação entre a distribuição e ocupação do espaço e a autoridade intelectual, no gabinete e no campo, Dorinda Outram (1997) sugere que neste último não existe uma distribuição espacial pré-determinada, a partir da qual é possível distinguir as posições sociais de seus ocupantes. Não é possível dizer, em princípio, diante do relato de uma mulher, acompanhada por indígenas, que atravessa um território desconhecido, se trata-se de uma aventureira ou de uma cientista. O reconhecimento e a valorização do trabalho de campo ocorrem de forma diferente do que no trabalho de laboratório e costumam ser associados diretamente ao mito do heroísmo científico.

A objetividade e a racionalidade dos procedimentos científicos guarda pouco apelo para os leigos. Oreskes (1996), por exemplo, detectou formas diferentes de apresentação de uma mesma expedição científica. Enquanto que em propostas e relatórios, documentos para os gestores, financiadores e participantes do projeto, era realçado o ideal da objetividade científica, o mesmo empreendimento científico, quando apresentado para o público mais amplo, ganhava conotações de



aventura e heroísmo. A forte carga emocional atribuída ao cientista pelo mito do heroísmo científico permite a identificação e aproximação do público com os praticantes da ciência.

São diversas, portanto, as vias de legitimação das atividades da ciência. Diferem, entre outros fatores, em relação à localidade do fazer científico, às formas de divulgação, ao público alvo. Para a autora tanto o mito da objetividade científica quanto o do heroísmo científico excluem o reconhecimento das atividades científicas realizadas por mulheres e contribuem para a sua invisibilidade.

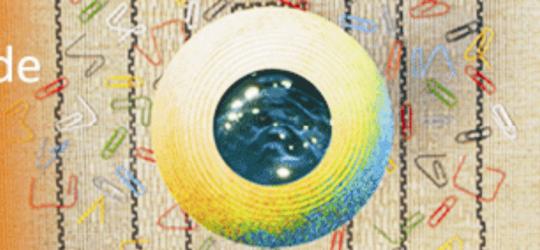
No entanto, prossegue Oreskes, o ideal heróico na ciência tanto pode servir para aproximar o trabalho científico da sociedade, fazendo com que o cientista receba a admiração e o apoio do público, como pode funcionar como um ideal internalizado, que faz com que o empreendimento científico pareça importante, excitante e valioso para o próprio cientista, mesmo quando este é obrigado a realizar tarefas interminavelmente enfadonhas, tediosas. O ideal do heroísmo científico pode funcionar como motivação. É nesse registro que se pode ler o relato da travessia Xingu-Tapajós de Emília Snethlage em 1909.

Avis rara²

Emília Snethlage (1868-1929) tinha mais de trinta anos quando entrou para a universidade. Nascida na província de Brandenburgo, ao norte de Berlim, foi educada em casa pelo pai, que era pastor protestante, e aos 21 anos prestou os exames oficiais do governo prussiano que lhe permitiam lecionar (Snethlage, H., 1930). Os dez anos seguintes passou como preceptora, trabalhando em casas de família na Alemanha, Irlanda e Inglaterra. Esse tipo de ocupação não era incomum entre as filhas das elites empobrecidas ou da burguesia intelectual e, de acordo com Michelle Perrot (1993), lhes concedia certa liberdade, acompanhada, no entanto, por uma identidade social ambígua. O cotidiano das preceptoras e governantas era marcado por fortes contradições: sua educação permitia que aspirassem a um lugar de *gentlewoman*, enquanto que suas atribuições as equiparavam, muitas vezes, às criadas sem educação formal. Sua identidade social era permeada pelo que Norbert Elias (1997) denomina de “sentimento geral de incerteza”, originado pela indeterminação das relações de poder. A zoóloga e militante feminista Bertha Lutz³ (1894-1976) nos legou um esboço biográfico de Snethlage, no qual considera a opção profissional das preceptoras como uma “trilha que sufocou

² *Avis rara: a trajetória científica da naturalista alemã Emília Snethlage (1868-1929) no Brasil* é o título da dissertação de mestrado sobre a trajetória científica de Emília Snethlage, defendida pela autora no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, em 2009. O presente trabalho é baseado na pesquisa feita para essa dissertação.

³ Bertha Lutz trabalhava no Museu Nacional do Rio de Janeiro na época em que Snethlage foi contratada por esta instituição. O esboço biográfico fazia parte do discurso feito por Bertha por ocasião do 139º aniversário dessa instituição, em 1957, e foi publicado no Boletim do Museu Nacional. Ver Lutz, 1957.



muitas vocações brilhantes” (Lutz, 1957)⁴. Emília Snethlage, entretanto, conseguiu chegar, através dessa trilha, a um caminho que a levou a uma maior independência pessoal.

Tendo recebido uma pequena herança Emília se inscreve, em 1899, na Universidade de Berlim, para “realizar seu sonho de juventude” e estudar história natural (Snethlage, H., 1930). No final do século XIX e nos primeiros anos do XX as universidades alemãs, pressionadas por movimentos pelos direitos femininos, começaram a aceitar, oficialmente, a matrícula de mulheres em seus cursos. Até então era permitido a algumas mulheres, em casos considerados exceções, assistir a aulas como ouvintes, e algumas chegavam a graduar-se⁵. Segundo o depoimento de Rotger Snethlage, sobrinhoneto de Snethlage, essa “permissão” foi concedida a Emília dentro de condições extremamente restritivas. A estudante devia chegar ao auditório quinze minutos antes do início da preleção, recolhendo-se atrás de um biombo. Não era permitido a ela manifestar-se de nenhuma forma durante a aula, e deveria deixar o local apenas depois de transcorrido um quarto de hora do final da apresentação⁶. Aparentemente, os cavalheiros presentes não poderiam ser, de nenhuma forma, distraídos pela presença de uma dama. Foi, portanto, enfrentando preconceitos que as primeiras mulheres cursaram a universidade na Alemanha, Snethlage entre elas.

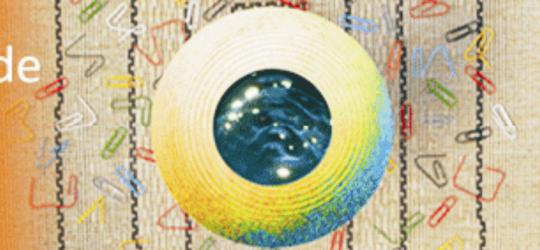
Ela estudou história natural em Berlim, Jena e Freiburg am Breisgau, onde doutorou-se em 1904, *summa cum laude*. Sua tese foi orientada por August Weismann (1834-1914), um dos expoentes do darwinismo na Alemanha de então.

Tendo completado seus estudos em 1904, Snethlage voltou a Berlim, onde trabalhou durante meio ano como assistente de zoologia no Museu de História Natural. Através de contatos profissionais, soube que estava aberto um cargo para um profissional de zoologia em um museu da América do Sul, em Belém do Pará.

Emília Snethlage nasceu na metade do século XIX, século marcado por grandes viagens de descoberta e exploração e pela conquista colonial da África. No século XIX os relatos dessas viagens eram publicados em livros, jornais e revistas e alimentavam o imaginário de todas as classes sociais européias. Ela pode ter lido algum dos 13 livros publicados pela austríaca Ida Pfeiffer (1797-1858), que viajou sozinha por diversas regiões do mundo, passando pelo Brasil em 1846 (Leite, 2002), ou o relato da inglesa Mary Kinsley (1862-1900), *Travels in West Africa*, de 1897 (Pratt, 1999). Talvez tenha ouvido falar de uma conterrânea, Amalie Dietrich (1821-1891), que percorreu a Austrália como coletora de espécimes de história natural entre 1863 e 1872 (Stresemann, 1975). Mas uma formação acadêmica em história natural e uma imaginação alimentada por relatos de viagens por terras distantes podem não ser suficientes para fazer com que uma mulher de 37 anos deixe para trás o continente europeu e se disponha a viver e a trabalhar nos trópicos. Como observa a antropóloga Mariza Corrêa, se Snethlage permanecesse na Europa haveria reduzidas possibilidades de fazer

⁴ O primeiro país de língua alemã a aceitar mulheres na universidade foi a Suíça, em 1865, seguida pela Áustria, que desde 1878 permitia que assistissem às aulas como ouvintes. Na Alemanha, a Universidade de Freiburg foi a primeira a aceitar oficialmente a matrícula de mulheres, a partir do semestre 1899/1900. As primeiras mulheres doutoraram-se em Freiburg em 1901 e em Jena em 1904 (ano do doutoramento de Snethlage). Na Prússia as mulheres passaram a ser aceitas em caráter oficial na Universidade de Berlim em 1908.

⁵ Rotger Snethlage em entrevista concedida à jornalista e fotógrafa brasileira Gleice Mere, a quem agradeço a gentileza de enviar-me o material e de autorizar seu uso.



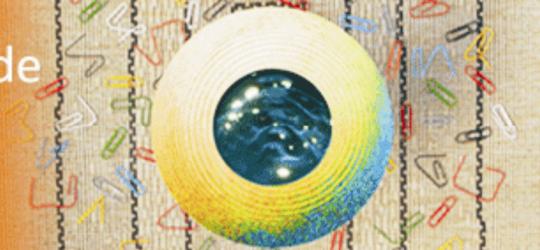
pesquisas próprias na área de história natural. Muito mais provável seria passar toda sua vida profissional no papel de assistente. Entre os fatores considerados por Emília Snethlage ao tomar a decisão de transferir-se para a Amazônia certamente estava a oportunidade de desenvolver uma trajetória profissional de alcance mais amplo, e sua resolução mostrou-se, neste aspecto, acertada (Corrêa, 2003).

A cientista foi contratada para trabalhar como assistente de zoologia no Museu Emílio Goeldi⁷. Esta instituição, fundada em meados do século XIX, tinha passado por um profundo processo de reestruturação a partir de 1894, quando, nos primeiros anos da República, o governador do estado do Pará, Lauro Sodré, de orientação positivista, contratara o zoólogo suíço Emílio Goeldi (1859-1917). Ao assumir a direção da instituição, Goeldi estabeleceu para ela uma diretriz científica, deu-lhe novas instalações e contratou uma profícua equipe de cientistas, em sua grande maioria provenientes de institutos e universidades da Europa Central. Segundo o historiador da ciência Nelson Sanjad, sob o direcionamento de Goeldi estabeleceu-se, pela primeira vez, “um projeto científico claro e coerente” para o estudo da região: o Museu Goeldi passou a ser uma instituição especializada no estudo e divulgação da história natural e da etnologia da região amazônica (2006, p.455).

Na sua chegada, Snethlage encontrou um meio geográfico, a Amazônia, e uma coletividade, a sociedade belenense do início do século XX, muito diferentes daqueles nos quais vivera até então. Para o coletivo social e cultural local, também a cientista representava um “elemento estranho (...) fosse por ser estrangeira, cientista, ou uma mulher sem qualquer laço social” (Corrêa, 2003, p. 104). Isso poderia ter inviabilizado sua permanência no Brasil, pois os contrastes, em ambos os sentidos, eram bastante acentuados. A instituição que a acolheu, no entanto, estava plenamente inserida num duplo registro, o do contexto científico internacional e o da estrutura social local. O museu contava com o apoio dos governantes locais e a admiração da população, que o freqüentava com assiduidade. No museu, denominado por Sanjad de “Europa transplantada” (2005, p. 171), Emília Snethlage pôde manter-se conectada a sua origem profissional, social e cultural, e foi esse núcleo homogêneo que permitiu sua inserção no reino tradicionalmente masculino do espaço público e, como veremos adiante, do trabalho de campo.

Ao chegar a Belém do Pará em 1905, Snethlage passou a se dedicar de forma mais sistemática ao estudo da ornitologia, sob a orientação de Goeldi. Nos primeiros anos que passou em Belém, explorou intensamente a região do baixo Amazonas, de tal forma que, entre os profissionais de ornitologia do mundo inteiro a região é conhecida, até hoje, como “a área da Snethlage”. Teve início assim uma carreira profícua, durante a qual a cientista deixou uma contribuição expressiva para a ornitologia. As viagens de coleta e estudos pela região amazônica, somadas ao trabalho de classificação e sistematização dos espécimes, resultaram em grande número de publicações no Brasil e no exterior, que contribuíram para construir a legitimidade da cientista diante de seus pares. A obra que a tornou mais conhecida entre os especialistas, o “Catálogo das aves amazônicas”, de 1914, reuniu o material disponível sobre as coleções ornitológicas do Museu Paraense e de outros

⁷ Atualmente Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG).



museus, e os trabalhos taxonômicos, biológicos e biogeográficos feitos até 1912 pela própria pesquisadora. Suas descrições e análises técnicas serviram de base para os estudos ornitológicos dos setenta anos seguintes (Cunha, 1989).

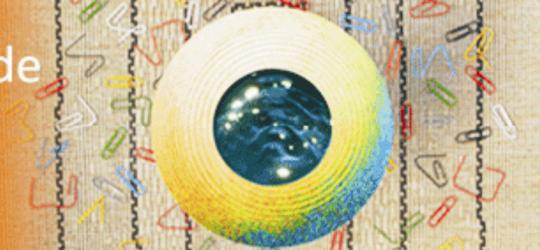
Em 1907 Emilio Goeldi solicitou seu afastamento do museu, retornando à Suíça natal. Em seu lugar ficou o botânico Jacques Huber, sendo que Snethlage passou a diretora da seção de zoologia. O inesperado falecimento de Huber, em 1914, fez com Snethlage passasse a diretora interina do museu, tornando-se uma das primeiras mulheres, na América Latina, a exercer a direção de uma instituição científica (Cunha, 1989).

A cientista ocupou a direção do museu até 1921, e este foi um período profundamente conturbado. O estado do Pará passava por grave crise econômica, ocasionada, entre outros fatores, pelo fim do fluxo financeiro proveniente da extração da borracha. Alguns meses depois de Snethlage ter assumido a direção do museu, teve início a Primeira Guerra Mundial. Além do acirramento da crise econômica, sentido em todo país, com a baixa das exportações, o torpedeamento dos navios mercantes e o alinhamento do Brasil com a política externa norte-americana acabou levando, em outubro de 1917, ao estado de guerra com a Alemanha. Ter uma alemã como diretora de uma instituição nacional tornou-se uma situação insustentável e, em 1917 o governador do estado, Lauro Sodré, demite-a do cargo, permitindo, porém, que se mantenha na chefia da seção de zoologia. Em 1918, com o acirramento das hostilidades, Snethlage é completamente afastada da instituição (Cunha, 1989). Com o fim da guerra é reempossada na chefia da seção de zoologia e, logo em seguida, na direção do museu, permanecendo no cargo até 1921.

Emília Snethlage era a última representante de um complexo científico que já não tinha mais condições de funcionar, sem especialistas, sem amparo político, e sem investimentos. Estava deslocada, como mulher sozinha e estrangeira, num espaço social e institucional que se mostrava hostil (Corrêa, 2003). Em 1921 um artigo publicado no “Estado do Pará” acusa a diretora de permitir o desvio de alimentos destinados aos animais e reparti-los entre os funcionários mais necessitados. Outra denúncia dizia que as residências dos funcionários solteiros eram visitadas por “mulheres de vida duvidosa, sem o menor respeito à direção e às famílias também lá residentes” (Cunha, 1989, p. 93-94). Snethlage era acusada, dentro do registro ambivalente das suas funções sociais, de ser guiada pela emoção e pela compaixão, no caso dos alimentos desviados pelos funcionários. E de ser demasiadamente permissiva, não sabendo impor a necessária disciplina sobre o corpo funcional, no caso das “mulheres de vida duvidosa”. Ou seja, era acusada de agir como mulher, quando o que se esperava dela era que fizesse um “trabalho de homem” e mantivesse a lei e a ordem na instituição⁸. Exonerada das suas funções de direção, transfere-se, em 1922, como naturalista viajante, para o Museu Nacional do Rio de Janeiro.

A transferência de Emília Snethlage para o sudeste do Brasil representa uma transformação profunda nas expectativas da cientista. Tendo permanecido 17 anos no norte, conhecera a fundo a região e sua avifauna. No Rio de Janeiro seria necessário refazer seu círculo de interlocutores diretos

⁸ Segundo a antropóloga Ana Venâncio, em resenha ao trabalho de Corrêa (2003), nesse caso “a sociedade fazia frente a uma certa transgressão que a figura da cientista causava à poluição da esfera do público/homem pela do privado/mulher” (2004, p. 166).



e de amigos e adaptar-se a uma nova realidade institucional⁹. Uma das principais diferenças, no que diz respeito ao trabalho de Snethlage, era a inexistência, no Museu Nacional, de coleções ornitológicas extensas e totalmente organizadas dentro de critérios científicos, como eram as de Belém. Também a literatura técnica sobre ornitologia existente no Museu Nacional era deficiente, se comparada com a do museu nortista. Sua chegada ao Museu Nacional, no entanto, lhe abrirá, literalmente, novos horizontes, em termos de produção ornitológica. A especialista em avifauna amazônica passará a percorrer um território geográfico muito mais amplo, o que será perceptível na sua produção científica. Em longas viagens percorre o Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Goiás (rio Araguaia), do Paraná ao Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai.

Em 1929 decide percorrer o rio Madeira, o único dos grandes afluentes ao sul do Amazonas que não tinha explorado como desejava. A viagem fazia parte do seu planejamento para escrever, a partir de 1930, uma obra de síntese sobre a avifauna brasileira. Antes de partir comenta com o diretor do museu, Roquette-Pinto, “esta será a minha última viagem” (1940, p. 88). Deveras. Com a saúde debilitada por longos anos de luta contra a malária e por uma viagem ao Caparaó na qual, tendo o guia se perdido, foram obrigados a pernoitar ao relento, Emília Snethlage faleceu em Porto Velho, no dia 25 de novembro de 1929.

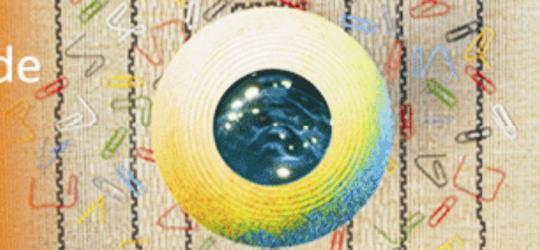
Trabalho de campo, “trabalho de homem”

Parte importante das atividades de um naturalista consiste no trabalho de campo, o que foi muitas vezes apresentado como um impedimento para a efetiva participação das mulheres nas ciências naturais.

De acordo com o historiador da ciência norte-americano Robert Kohler (2002?), o trabalho de campo apresenta especificidades que o tornam diferente do trabalho de laboratório ou gabinete. Num mundo de especialistas, costuma-se julgar a validade do conhecimento pelas qualidades sociais dos que conhecem, e julga-se essas qualidades em parte também pelo espaço social ocupado pelas pessoas. Assim, aos cientistas que trabalham em campo são atribuídas outras formas de legitimidade, diferentes das que costumam acompanhar a ciência feita nos laboratórios.

O campo, diferente do laboratório ou dos gabinetes dos museus, não é um espaço físico claramente delimitado e está mais associado ao mundo natural do que aos espaços físicos construídos pelo homem. De forma diferente do que ocorre com os laboratórios, os lugares naturais têm usos diversos: recreação, viagens, agricultura, etc., por isso as práticas científicas que transcorrem no campo não podem ser imediatamente identificadas como tais. O laboratório e o campo apresentam diferenças sociais, os tipos de pessoas que os frequentam são diferentes. Nos

⁹ Quando Snethlage transferiu-se para o Museu Nacional, trabalhavam na instituição duas outras mulheres que obtiveram posição de destaque na ciência e na sociedade brasileira. Heloisa Alberto Torres (1895-1977) havia entrado para o Museu Nacional em 1918, como estagiária. Filha do político e intelectual Alberto Torres (1865-1917) ela se tornará a primeira mulher a dirigir o Museu Nacional, entre 1938 e 1955. Também Bertha Lutz tinha um sobrenome que evocava, imediatamente, aos seus conterrâneos, o trabalho de seu pai, o cientista Adolpho Lutz (1855-1940). Formada em Ciências Naturais pela Universidade de Paris - Sorbonne, Bertha Lutz passara a trabalhar no Museu Nacional em 1919 e, ao lado de sua militância política pelos direitos das mulheres, foi autora de expressiva produção científica, que só recentemente tem sido investigada pela história social da ciência (Lopes, 2008; Souza, 2008).

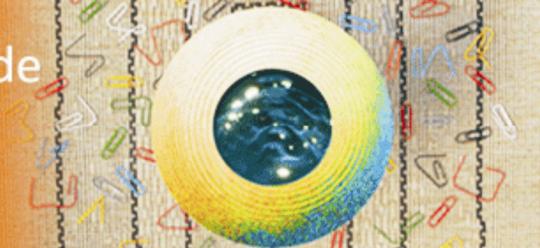


laboratórios, lugares de acesso controlado, é possível reconhecer o praticante da ciência através da indumentária, do indefectível jaleco branco tão profundamente identificado com a imagem do cientista, através do uso de crachás de identificação etc. Já no campo, o cientista pode ter a companhia de uma variedade muito maior de pessoas. Pode estar no mesmo espaço físico que caçadores, pescadores, vagabundos, malucos, observadores de pássaros, herbalistas, bandidos, escoteiros, peregrinos, profetas, ativistas ecológicos etc. Similaridades de indumentária, equipamento e atividades fazem com que seja fácil confundir as identidades dos cientistas de campo com os praticantes de outras atividades menos respeitadas pela ciência. Em consequência, a diversidade social que pode ser encontrada no campo compromete a credibilidade e o status social do cientista que realiza aí suas atividades. Um cientista pode ser facilmente confundido com um aventureiro. Saber que o acesso ao laboratório está limitado a certo tipo de pessoa é uma poderosa garantia de credibilidade simbólica, já ao cientista de campo é negada esta credibilidade “instantânea”. O trabalho de campo requer, portanto, formas diferentes de legitimação do fazer científico. Para Naomi Oreskes (1996), a retórica do heroísmo estaria fortemente associada ao trabalho de campo e seria uma das maneiras de conceder legitimidade às atividades praticadas pelo cientista em tais localidades.

O ambiente controlado dos laboratórios, a imagem assexuada do cientista de jaleco branco, em geral de óculos e com um aspecto muitas vezes frágil, permite imaginá-lo como homem ou como mulher, indistintamente. Já o cientista de campo tem uma imagem ligada às viagens e atividades na natureza, associada à força e habilidades físicas, à coragem diante de perigos que ameaçam a integridade física do seu corpo. E é disso que se trata primordialmente, do corpo. No trabalho de campo, ao contrário do que acontece com a ciência praticada nos laboratórios, não é possível imaginar que o trabalho do cientista aconteça apenas na sua mente, não é possível negar a presença do corpo físico. E esse corpo, de acordo com um imaginário construído pela sociedade ocidental, é um corpo masculino. Para obter reconhecimento enquanto cientista, fazendo trabalho de campo, virtudes masculinas como a do heroísmo são bem recebidas. Trabalho de campo costuma estar associado à “trabalho de homem”.

Emília Snethlage, em cuja trajetória científica o trabalho de campo desempenhou um papel fundamental, tinha consciência dessa conexão. O zoólogo Alípio de Miranda-Ribeiro (1874-1939), que conheceu a cientista, relata que esta, certo dia, lhe disse: “A maior satisfação que eu tive (...) foi receber uma carta com o endereço ‘Ao Snr. Dr. Emilio Snethlage’: isso convenceu-me de que havia feito trabalho de um homem” (Miranda-Ribeiro, 1936).

Em relação a sua apresentação pessoal, a naturalista era extremamente cuidadosa, o que serve de indicativo da consciência que tinha da ambiguidade do estatuto do seu trabalho. Para reduzir os efeitos desta indeterminação, procurava manter uma aparência física sóbria e feminina. Em todas as fotos existentes ela aparece trajando saias. Usava calças compridas apenas quando ia a campo e mantinha os cabelos longos, embora reconhecesse que “a moda dos cabelos curtos seria de fato muito cômoda para uma naturalista, mas (...) as senhoras, no interior, poderiam, no começo do uso, estranhar” (Roquette-Pinto, 1940, p. 89).

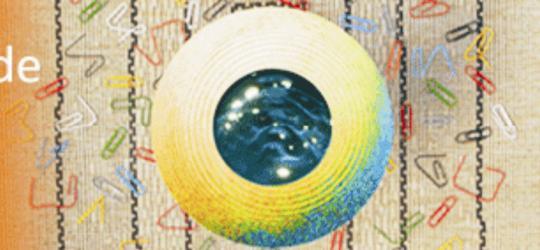


O trabalho de campo desempenha um papel essencial nas ciências naturais, em especial na ornitologia. Praticada por amadores ou com objetivos científicos, a coleta de espécimes ornitológicos possui características de uma atividade considerada masculina, como a saída a campo e o abate dos espécimes desejados, o que fazia com que fosse considerada uma atividade pouco adequada ao sexo feminino. Apesar disso, observa a historiadora Marianne Ainley (1989), no início do século XX a ornitologia podia ser considerada uma atividade bastante acessível às mulheres de maneira geral. Nos Estados Unidos muitas publicaram artigos em periódicos importantes, cobrindo assuntos como taxidermia, história de vida e biologia populacional. Para a autora, a ornitologia podia ser considerada “um trabalho de mulher” (Ainley, 1989, p. 60-76). Na maior parte dos exemplos citados por esta historiadora, no entanto, o “campo” no qual as ornitólogas efetuavam suas observações eram regiões próximas às suas residências, ou mesmo o quintal das suas casas. Tratava-se, é claro, de uma estratégia absolutamente válida para elidir a pressão social, que exigia que muitas cientistas formadas abandonassem suas atividades para dedicar-se ao marido e à família. Neste ponto, no entanto, as estratégias de legitimação de Emília Snethlage se distanciaram das de suas colegas norte-americanas. O trabalho que ela fazia, indo a campo em excursões prolongadas e longe dos confortos da civilização, convivendo com ribeirinhos, coronéis e índios, era o que se pode chamar, num determinado registro, de “trabalho de homem”.

As histórias que nos foram legadas, sobre as atitudes de Snethlage durante seus trabalhos de campo, guardam grande semelhança com “histórias de pescador”. São anedotas de campo, que escapam ao registro racional, preciso e fortemente normatizado dos artigos científicos e são acessíveis ao historiador apenas através de relatos sobre a vida da cientista feitos por parentes e amigos, pessoas que a conheceram, com as quais conviveu. A própria cientista, ao narrar alguns fatos que parecem ter causado grande impacto na imaginação dos seus contemporâneos, mantém um tom casual, dispensando qualquer referência ao heroísmo.

Um dos casos aconteceu em 1914, durante uma viagem ao rio Iriri, afluente do Xingu. Andando de canoa, Snethlage, distraidamente, brincava com a mão na água, quando foi mordida no dedo por uma piranha (*Roseveltiella piraha*, explica, consciencioso, seu sobrinho, ao relatar o fato. Ver Snethlage, H., 1930, p. 126). Ela ainda tentou salvar a falange mas, alguns dias depois, o ferimento gangrenou, e foi necessário amputá-la. Não havendo, entre seus acompanhantes, quem se dispusesse a tal tarefa, Snethlage mesmo resolveu o assunto. Ao relatar o episódio, Snethlage detém-se longamente sobre os hábitos das diversas espécies de piranha e sobre sua distribuição nos diferentes trechos do rio, mas nada fala sobre o desfecho (Snethlage, 1925, p. 348). A história, no entanto, é retomada por muitos que escrevem sobre ela, tornando-se paradigmática da coragem e sangue frio demonstrados pela cientista (cf. Snethlage, H., 1930, p. 126; Haffer, 1997, p. 328-329 e Corrêa, 2003, p. 223, nota 23).

Em outra ocasião, durante a travessia Xingu-Tapajós de 1909, na qual estava acompanhada apenas por índios, relata que certa noite foi acordada por uma agitação:



Uma noite fui acordada pelos modos excitados dos índios. Os homens estavam todos ajoelhados, num círculo, tendo aceso fogos de folhas secas ao redor do acampamento, escutando e espiando na escuridão atenciosamente e falando entre eles em voz baixa, mas agitada. Quando me aproximei deles, João quis explicar-me alguma coisa, mostrando-me com o dedo um certo ponto fora da mata, onde, a dizer verdade, não vi nem ouvi nada. Finalmente, lembrando-me de uma palavra (...), perguntei, *minem* (onça pintada)? Segundo me explicaram depois, foi com efeito uma destas feras que se tinha aproximado de nós. A pedido dos índios, dei alguns tiros na direção que eles me indicaram, e pouco depois tudo ficou sossegado, a onça tendo-se retirado amedrontada pelas chamas e pelos estampidos (Snethlage, 1912a, p. 76-77).

O relato desta viagem, que atravessou o interflúvio Xingu – Tapajós em 1909, aliás, pode ser visto como paradigmático dos relatos de atividades de campo feitos por Snethlage. Mesmo ao narrar as grandes dificuldades pelas quais passou, junto com seus companheiros, mantém um tom sóbrio e não faz concessões ao emocionalismo.

Em 1908, no cargo de chefe da Seção de Zoologia do Museu Goeldi, a cientista visitou a região da foz do Tapajós e, ao fazer seus estudos, descobriu que o explorador francês Henri Coudreau (1859-1899), que percorrera a região em 1895/96, havia levantado a hipótese de uma comunicação hidrográfica entre o rio Tapajós e o Xingú. Essa comunicação hidrográfica, se existisse, poderia favorecer o desenvolvimento econômico da região, facilitando o povoamento e a circulação de pessoas e mercadorias entre os dois grandes afluentes do Amazonas.

Uma das áreas de interesse de Snethlage dentro da ornitologia era a zoogeografia, ou seja, a distribuição das espécies no espaço geográfico. Ela vinha fazendo um levantamento das áreas de ocorrência (âmbito) de determinadas espécies e estava intrigada com questões de dispersão. De forma simplificada podemos dizer que ela havia percebido que as espécies que ocorrem ao longo do curso dos rios diferem das espécies que se encontram no interior das matas. Percorrer o interflúvio Xingu-Tapajós, portanto, poderia trazer novos dados para essa questão. Segundo Snethlage, uma travessia entre esses grandes rios lhe pareceu um empreendimento que, com pouco investimento, prometia resultados científicos interessantes.

A viagem começou em junho de 1909, em Vitória, no rio Xingu e terminou quatro meses e meio depois, no dia 16 de outubro, em São Luiz, no rio Tapajós. Durante a travessia foram percorridos em canoa longos trechos dos rios Iriri e Curuá, afluentes do Xingu, e do rio Jamanxim, afluente do Tapajós. O interflúvio Xingu-Tapajós foi percorrido a pé, na companhia de sete índios Curuahés (Kuruaya), três mulheres e quatro homens, que habitavam a região e serviram de guias. O apoio para a jornada foi fornecido por seringueiros, comerciantes, fazendeiros e políticos da região, sob a forma de acolhida, alimentos, informações e transporte. Os fazendeiros e políticos também lhe emprestaram seu prestígio. Snethlage era apresentada às pessoas como uma cientista estrangeira, ligada ao renomado Museu Emílio Goeldi, de Belém do Pará.

O avanço pelos rios foi inicialmente dificultado pela seca. O rio Xingu, em certos trechos, tinha “mais pedras do que água” e os tripulantes eram obrigados, muitas vezes, a suspender e carregar a canoa (Snethlage, 1912a, p. 53). Quando acampavam para passar as noites, Snethlage dedicava-se à recolher palavras para o vocabulário comparativo dos Chipaya e Curuahé que



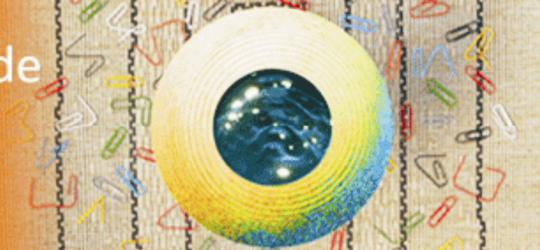
publicará mais tarde, acompanhando relato da travessia (cf. Snethlage, 1912b)¹⁰. As dificuldades da viagem foram agravadas pelo fato de Snethlage estar com um ataque de malária. No dia 28 de agosto o grupo deixou os rios e adentrou o interflúvio. Dos índios que a acompanhavam, apenas um, João, sabia algumas palavras em português. Além de guias, os índios deviam servir de carregadores, serviço que logo deixaram para as mulheres, encarregando-se, eles, de transportarem coisas mais leves, como a mochila de Snethlage, seu rifle e seu saco de roupas. Ela levava o diário, a espingarda e a tábua com mapa, enquanto que as mulheres carregavam as provisões, as bagagens dos homens e as suas, s panelas, redes, instrumentos etc. Nos dois primeiros dias seguiram uma espécie de picada e, a partir do terceiro dia passaram a viajar sem vestígio visível de caminho. No dia 30 de agosto omeçaram as dificuldades, ao encontrarem uma serra:

Ao meio-dia, depois de uma subida penosa e abrupta, estávamos num pequeno planalto, cercado de todos os lados por montes e colinas. O chão em muitos lugares deixava ver a pedra nua, um granito liso, às vezes tão inclinado que eu, atrapalhada pelas solas escorregadias dos meus sapatos, tinha de me servir das mãos para não cair. Os índios do seu lado tinham os pés quase queimados pelo calor extraordinário acumulado nestas pedras (Snethlage, 1912a, p. 74).

Logo a naturalista começa a perceber que havia feito algumas estimativas equivocadas, em relação ao tempo necessário para o percurso e em relação aos seus guias. Estes não pareciam conhecer a região, discordando muitas vezes entre si sobre o rumo a tomar. Também a comida começou a ser um problema. Contando com a destreza dos seus acompanhantes, Snethlage levava apenas sua pequena espingarda de caçar pássaros. Um dos índios, Topá, havia levado “suas armas nacionais”, um arco e flechas, mas durante toda caminhada na mata mataram apenas um mutum e um jacamim, e já no terceiro dia as flechas para caça terrestre acabaram. Assim, “nos dias terceiro e quarto o nosso regime foi tirado da classe dos répteis” (Snethlage, 1912a, p. 77). Um dos índios encontrou alguns jabutis e outro matou com o terçado um jacarezinho. A partir daí se alimentaram de peixes, que pescavam com timbó nos igarapés. Mas o resultado das pescarias, como diz Snethlage, “só servia de tempero à farinha”. E a farinha, passou a ser o principal alimento, que os índios “ingeriam quantidades enormes em forma de xibé ou mingau” (Snethlage, 1912a, p. 78). Havia também o problema da falta de água, que determinava a escolha do local do acampamento, em geral ao lado de um igarapé. Assim prosseguiram durante quase dez dias, até o dia cinco de setembro

Os índios tinham abandonado o igarapé e avançavam numa mata pouco espessa, limpa e baixa. Andavam depressa e sem descansar, enquanto eu, com um acesso de sezões no corpo, seguia com dificuldade, absorta em reflexões um tanto melancólicas sobre esta travessia interminável. Subitamente vi os índios pararem, fazendo-me sinais para vir depressa. Acorrendo achei-me numa rocha elevada e vi aos meus pés um rio de mais de 200 metros de largura que parecia enorme e resplendente de luz depois da penumbra das matas ininterruptas em que tínhamos passado os nove últimos dias: era o

¹⁰ Para uma análise do trabalho de Snethlage como etnógrafa, durante esta viagem, ver o livro de Mariza Corrêa (2003), *Antropólogas e Antropologia*.

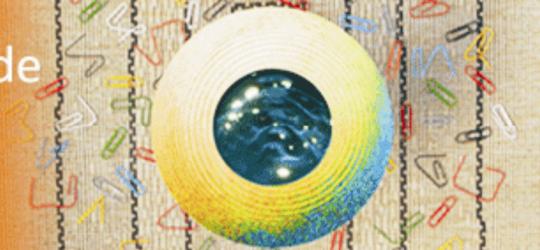


Jamanxim. Não senti nada mais de febre, alegre como os índios, desci com eles para a praia alva (Snethlage, 1912a, p. 80).

Talvez imaginemos que a aventura estava prestes a terminar, depois deste clímax, com uma clássica descrição de promontório, digna dos relatos dos viajantes do século XIX¹¹. Snethlage e seus companheiros estimavam que, em mais três dias de jornada, no máximo, poderiam alcançar as primeiras barracas de seringueiros acima das grandes cachoeiras que sabiam existir no Jamanxim. Este otimismo logo se revelará infundado. Durante as duas semanas seguintes o grupo prosseguiu rio abaixo, alimentando-se principalmente de raízes, ovos de tracajá e de alguma pesca ocasional, pois a farinha havia acabado. Como os índios temiam ataques noturnos de outras tribos, acampavam em ilhas. Apesar do frio, dormiam no chão, nas praias e, quando chovia, a bagagem era enterrada na areia e eles se abrigavam segurando faixas de casca de árvore. Finalmente, no dia 17 de setembro, encontraram algumas seringueiras que estavam sendo sangradas e, logo depois, um acampamento recente, no qual havia um resto de farinha “fresca e boa”. No dia seguinte encontraram um marco do limite dos seringais. Esses achados infundiram novo ânimo no grupo, mas, mais uma vez, “os dias passaram e o rio continuou deserto” (Snethlage, 1912a, p. 86). No dia 22 de setembro finalmente encontraram o tão procurado barracão dos seringueiros. Quando estes retornaram receberam-na, e aos índios, como se fossem velhos amigos, pois já tinham ouvido falar dela. Percebendo que suas visitas estavam esfomeadas, os seringueiros prepararam um caititu, “e o resto do dia foi uma festa grande” (Snethlage, 1912a, p. 88). Na manhã do dia seguinte Snethlage despede-se de seus amigos índios, “meus bons e fiéis companheiros de viagem durante quatro semanas”. Compra para eles toda a farinha e provisões de que os seringueiros podiam dispor e separa-se deles com “pesar sincero e muita gratidão” (Snethlage, 1912a, p. 88). A duração da viagem tinha sido mal calculada. Em vez de uma semana, passaram 26 dias caminhando, em meio a grandes dificuldades, numa região inóspita. Os índios poderiam tê-la abandonado, dizendo simplesmente que morrera no meio do caminho, o que era bastante plausível, pois todos sabiam que, ao partir, ela estava com malária. Eles, no entanto, tinham se mantido fiéis à promessa inicial e a acompanharam até a primeira barraca dos seringueiros. Snethlage continuou em direção ao rio Tapajós, pegando carona em canoas de seringueiros e pernoitando na casa de moradores da região, até chegar a São Luiz, ponto terminal da navegação a vapor do Tapajós (Snethlage, 1912a).

Os resultados científicos da travessia foram, além dos espécimes botânicos e zoológicos coletados, um conhecimento mais exato sobre a geografia da região. Ficou constatada, com razoável certeza, a inexistência da ligação entre as bacias hidrográficas do Xingu e do Tapajós. Os levantamentos etnográficos de Snethlage durante a travessia deram origem a um vocabulário comparativo dos Chipaya e dos Curuahé, publicado juntamente com o relato da travessia em 1912.

¹¹ Mary Louise Pratt chama estas descrições de “cena do monarca-de-tudo-o-que-vejo” e as associa às descrições dos momentos de “descobertas” geográficas feitas pelos europeus no século XIX, dentro do empreendimento colonial de conquista do mundo (1999, p. 341).



Chama atenção, no relato da travessia feito por Snethlage, o tom de objetividade e isenção que mantém durante a maior parte da narrativa, atendo-se, em geral, aos fatos. Além dos episódios emocionantes, que pontuam aqui e ali a história, a viagem aparece como uma sucessão de dias intermináveis, dedicados a atividades que poucas recompensas pareciam oferecer. Como vimos anteriormente, para Naomi Oreskes (1996) o trabalho científico é, muitas vezes, um trabalho repetitivo e pouco glamoroso. É necessário ao cientista, para manter-se motivado, perceber suas atividades como parte de um projeto maior, transcendente, como uma contribuição importante para a ciência. Nesses casos, o heroísmo funciona muitas vezes como um forte fator de motivação pessoal. O entusiasmo de Snethlage – esse muitas vezes perceptível no relato da travessia –, pelo projeto científico que concebe em 1906, planeja durante três anos, e que efetivamente executa em 1909, em meio à imensas dificuldades, dá bem a medida da sua motivação pessoal, do seu envolvimento emocional com o empreendimento.

Considerações finais

Foi associando sua imagem de cientista à retórica do heroísmo que Snethlage obteve reconhecimento, tanto diante do público leigo quanto diante de seus pares.

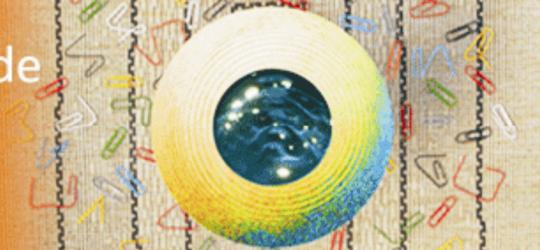
A admiração pela cientista, proveniente de feitos ousados, como a travessia Xingu-Tapajós, estendeu-se através do tempo e do espaço. Como diz Corrêa, “ainda hoje, consultando-se o mapa da região, parece temerária sua aventura” (2003, p. 95). Referências à travessia e a outros episódios “heróicos” da vida de Snethlage podem ser encontradas em artigos de autores renomados. As viagens de exploração de Emília Snethlage são citadas, juntamente com as de Karl von den Steinen e Farabee, por Roosevelt (1914, p. 166, 337). O episódio da piranha é lembrado na correspondência entre os ornitólogos alemães Charles Hellmayr e Erwin Stresemann (Haffer, 1997, p. 328-329) e por Helmut Sick (1997, p. 56). Roquette-Pinto também se refere às suas viagens, em especial à travessia Xingu-Tapajós (1940, p. 88-89).

A retórica do heroísmo, no caso da naturalista, tornou-se mais efetiva por tratar-se de uma mulher. O empenho com que Snethlage dedicou-se ao trabalho de campo contribuiu para construir sua legitimidade enquanto cientista.

Referências

AINLEY, Marianne. Field work and family: north american women ornithologists, 1900-1950. In: PNINA, G. Abir-am e OUTRAM, Dorinda. *Uneasy careers and intimate lives: women in science, 1789-1979*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, p. 60-76, 1987.

CORRÊA, Mariza. *Antropólogas & antropologia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.



CUNHA, Oswaldo Rodrigues da. Maria Elizabeth Emília Snethlage. In: *Talento e atitude: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi*, I. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 83-102, 1989.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HAFFER, Jürgen (com contribuições de Ernst Mayr). Ornithologen-Briefe des 20. Jahrhunderts. *Ökologie der Vögel*, Ludwigsburg, vol. 19, 1997.

JUNGHANS, Miriam. *Avis rara: a trajetória científica da naturalista alemã Emília Snethlage (1868-1929) no Brasil*. Dissertação (mestrado em História da Ciência). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, 2009.

KOHLER, Robert E. Place and practice in field biology. *History of Science*, vol. 40, núm. 129, p. 189-210, 2002.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Natureza e naturalistas. USP, Labi-Nime 2002. Disponível em: <http://www.imaginario.com.br> Acesso em 28 de setembro de 2007.

LOPES, Margaret. Proeminência na mídia, reputação em ciências: a construção de uma feminista paradigmática e cientista normal no Museu Nacional do Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15 (supl.), p. 73-95, jun. 2008.

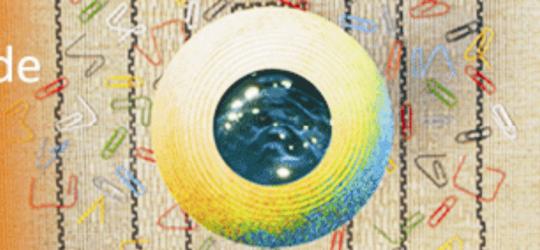
LUTZ, Bertha. Emilie Snethlage (1868-1929). In: *Relatório anual do Museu Nacional*, pelo diretor José C.M. Carvalho. Rio de Janeiro: Museu Nacional, p. 39-43, 1957.

MIRANDA-RIBEIRO, Alípio de. Discurso de recepção da Dra. Emília Snethlage na Academia Brasileira de Ciências. *Boletim do Museu Nacional*, v. 12. n.1, p. 77-85, março 1936.

ORESQUES, Naomi. Objectivity or heroism? On the invisibility of womens in science. *Osiris*, v. 11, p. 87-113, 1996.

OUTRAM, Dorinda. New spaces in natural history. In: JARDINE, N.; SECORD, J.A. e SPARY, E.C. (eds). *Cultures of natural history*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 249-265, 1997 (1996).

PERROT, Michelle. Salir. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (org.). *Historia de las mujeres*. Vol. 8. Madri: Taurus, p. 155-189, 1993. (10 vol.)



PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução de Jésio Hernani Bonfim Gutierre. Baurú, SP: EDUSC, 1999.

ROOSEVELT, Theodore. *Through the brazilian wilderness*. London: John Murray, 1914. [Edição em português: *Nas selvas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.]

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Snethlage - alma de mulher e de sabia. In: *Ensaio brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 88-90, 1940.

SANJAD, Nelson. *A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907*. Tese (Doutorado em História da Ciência). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, 2005.

_____. Emílio Goeldi (1859-1917) e a institucionalização das ciências naturais na Amazônia. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 5, n. 2, p. 455 – 477, julho – dezembro 2006.

SNETHLAGE, Emília. A travessia entre o Xingú e o Tapajoz. [1910]. *Boletim do Museu Goeldi*, Belém, v.7, p. 49-92. 1912a.

_____. Vocabulário comparativo dos Índios Chipayas e Curuahé. *Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de História Natural e Ethnographia*, Belém, v.7, p. 93-99. 1912b.

_____. Die Flüsse Iri und Curua im Gebiete des Xingu. *Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin*, Berlin, p. 328-354. 1925.

SNETHLAGE, Heinrich. Dr. Emilie Snethlage zum Gedächtnis. *Journal für Ornithologie*. Berlin: vol. 78, p. 123-134, 1930.

SOUZA, Lia Gomes Pinto de. Educação e profissionalização em ciências: Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro, décadas de 1920 e 30. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, violência e exclusão*. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

STRESEMANN, Erwin. *Ornithology from Aristotle to the present*. Introdução e posfácio de Ernst Mayr. Cambridge, Mass. e Londres: Harvard University Press, 1975.

VENÂNCIO, Ana Teresa Acatauassú. A questão de gênero na história da antropologia no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, junho, ano/vol. 19, número 55, p. 165-169, 2004. (Resenha de *Antropólogas e antropologia* de Mariza Corrêa)